

7/2 - 1/10/80

MEUS AMIGOS,

NUNCA, ENTRE NÓS, HOUVE TANTO CONSENSO QUANTO AOS DESAFIOS QUE TEMOS DE VENCER: OU REVEMOS NOSSO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO, FORMULANDO ESTRATEGIAS CAPAZES DE EQUACIONAR NUMA POLÍTICA ECONÔMICA VIGOROSA A REVISÃO DO NOSSO PERFIL INDUSTRIAL, A GERAÇÃO DE EMPREGO, A LUTA ANTI-INFLACIONÁRIA, O EQUILÍBRIO DAS CONTAS EXTERNAS, A REDUÇÃO DO DEFICIT PÚBLICO, A REAVALIAÇÃO DOS MECANISMOS DE INDEXAÇÃO E O REVIGORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO, OU TODOS OS ESFORÇOS ATÉ AGORA DESPRENDIDOS TERÃO SIDO INÚTEIS.

EVIDENTEMENTE, FACE A ESSA COMPLEXA CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS INTERNAS E EXTERNAS, OS DIFERENTES PROGRAMAS DE AJUSTE NÃO SÃO FÁCEIS DE SEREM IMPLEMENTADOS E EXECUTADOS SEM UM PROJETO NACIONAL EM CONDIÇÕES DE INTEGRÁ-LOS E HARMONIZÁ-LOS. EMBORA AS ALTERNATIVAS DA ESTABILIZAÇÃO SEJAM SUFICIENTEMENTE CONHECIDAS, NOSSAS DIFICULDADES SOMENTE PODEM SER ENFRENTADAS COM SUCESSO MEDIANTE UMA VONTADE POLÍTICA DEMOCRATICAMENTE DEFINIDA. AFINAL, SE HÁ UNANIMIDADE NO QUE SE REFERE À NECESSIDADE DE RECUPERARMOS A CREDIBILIDADE DOS MECANISMOS DE PLANEJAMENTO, RESGATARMOS A CONFIANÇA NA CONDUÇÃO DAS DECISÕES FUNDAMENTAIS E INTEGRARMOS DIRIGENTES, EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES NUM PLANO DE AÇÃO CONJUNTA, É PRECISO QUE A NOVA PROGRAMAÇÃO SEJA LEGÍTIMA, EXECUTÍVEL E REPRESENTATIVA.

OU SEJA: UMA PROGRAMAÇÃO RESULTANTE DE UM DEBATE DE GRANDE AMPLITUDE SOBRE NOSSAS PRIORIDADES, ASSEGURANDO ÀS NOSSAS LIDERANÇAS O RESPALDO POLÍTICO PARA ATITUDES FIRMES, CORAJOSAS E EFICAZES. MESMO PORQUE A CREDIBILIDADE EXTERNA, NO CAMPO ECONÔMICO-

FINANCEIRO, ESTÁ ASSOCIADA À LEGITIMIDADE INTERNA, NO PLANO INSTITUCIONAL. E SUA CONSECUÇÃO TORNOU-SE POSSÍVEL GRAÇAS AO SUCESSO DO PROCESSO DE DISTENSÃO, CUJA CONTINUIDADE AGORA EXIGE SUA TRANSCENDENCIA DOS LIMITES MERAMENTE PARTIDÁRIOS. AGINDO ASSIM, NESTE MOMENTO EM QUE A INTERDEPENDÊNCIA E O MULTILATERALISMO CONSTITUEM AS DIMENSÕES BÁSICAS DA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL, CERTAMENTE ESTAREMOS APTOS A DIRIGIR NÓS MESMOS NOSSO PRÓPRIO FUTURO.

ESSE FUTURO, CREIO FIRMEMENTE, É O DE UMA NAÇÃO VIÁVEL, ABERTA E JUSTA. MAS, PARA QUE POSSAMOS VENCER OS DESAFIOS DO PRESENTE, SUPERANDO OS DILEMAS INERENTES A UMA ECONOMIA SIMULTANEAMENTE RECESSIVA E INFLACIONADA, DESCOORDENADA E ESTRANGULADA NO SEU BALANÇO DE PAGAMENTOS, PROTECIONISTA E AO MESMO TEMPO DEPENDENTE DE SUAS EXPORTAÇÕES, TEMOS DE OLHAR PARA O PASSADO E FAZER UMA AVALIAÇÃO DE NOSSOS ERROS E ACERTOS. NÃO COM OLHOS EXCESSIVAMENTE CRÍTICOS, MAS, SIM, COM ISENÇÃO NECESSÁRIA PARA EXTRAIR DA HISTÓRIA LIÇÕES CAPAZES DE ILUMINAR O PRESENTE.

COMO É SABIDO, A EXEMPLO DE MUITOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, TAMBÉM APROVEITAMOS OS SUPERÁVITS DOS PETRODÓLARES ALOCADOS PELO SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL PARA FINANCIAR NOSSA INDUSTRIALIZAÇÃO. ACREDITANDO NA PERMANÊNCIA DE UM FLUXO REGULAR DA POUPANÇA EXTERNA, ALGUNS DE NOSSOS PROJETOS FORAM CONCEBIDOS EM TERMOS UTOPICAMENTE EXPONENCIAIS, COM ESTIMATIVAS IRREAIS DE DEMANDA, ALTOS COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO, DISCUTÍVEIS EFEITOS MULTIPLICADORES DE EMPREGO E LENTA MATURAÇÃO. CONSEQUENTEMENTE, QUANDO OS RECURSOS DEIXARAM DE ENTRAR, VIMOS-NOS NUMA POSIÇÃO DELICADA: DE UM LADO TORNAMO-NOS DEPENDENTES DE NOVOS EMPRÉSTIMOS PARA PAGAR O PRÓPRIO SERVIÇO DA DÍVIDA; DE OUTRO, COM A CRESCENTE ESCASSEZ DE

RECURSOS PARA CONTINUAR CRESCENDO, NOSSAS AUTORIDADES PASSARAM A AGIR CASUISTICAMENTE, ADOTANDO MEDIDAS NEM SEMPRE TECNICAMENTE CORRETAS.

É CERTO QUE, NUM PRIMEIRO MOMENTO, ENTRE 1974 E 1978, TENTAMOS ABSORVER O PRIMEIRO CHOQUE DA CRISE ENERGÉTICA: A PAUTA DE IMPORTAÇÕES TORNOU-SE MAIS SELETIVA, PROGRAMAS ALTERNATIVOS FORAM FORMULADOS, AS EXPORTAÇÕES FORAM ESTIMULADAS, AS RESERVAS CRESCERAM, MAS A DÍVIDA EXTERNA ATINGIU UM PATAMAR ELEVADO - O QUE CONTRIBUIU PARA A DETERIORIZAÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS, A PARTIR DO SEGUNDO CHOQUE DO PETRÓLEO, E DA SUBSEQUENTE ALTA DE JUROS. O RESULTADO DESSE PROCESSO É CONHECIDO: A INFLAÇÃO FUGIU AO CONTROLE, A QUEDA DO NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICO TROUXE O PESADELO DO DESEMPREGO, O SISTEMA FINANCEIRO DEIXOU DE CUMPRIR SEU PAPEL DE PROPULSOR DO CRESCIMENTO, A RECESSÃO DESARRUMOU O PARQUE INDUSTRIAL E AS OSCILAÇÕES COM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS MONETÁRIA E CAMBIAL PROVOCARAM INSTABILIDADE NAS DECISÕES RELATIVAS A NOVOS INVESTIMENTOS.

HOJE, AS DIFICULDADES PRESENTES NÃO ESTÃO APENAS DESTRUINDO IMPORTANTES SETORES DE NOSSO APARELHO PRODUTIVO. ESTÃO, IGUALMENTE DESVIANDO SIGNIFICATIVOS RECURSOS DOS EMPREENDEMENTOS GERADORES DE EMPREGOS, UMA VEZ QUE A FIXAÇÃO DOS JUROS EM NÍVEIS SUPERIORES À RENTABILIDADE MÉDIA DE CAPITAL FÍSICO INSTALADO BENEFICIA SOMENTE A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA. AO MESMO TEMPO, PELO DESEMPREGO E PELA REDUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS, AS CLASSES DE MENOR RENDA VÊM SOFRENDO O ÔNUS MAIS PESADO DESTA CRISE: NO PASSADO, AO MENOS, A COMPRESSÃO SALARIAL ERA ADOTADA JUNTAMENTE COM MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DE EMPREGO. APESAR DA QUEDA DOS SALÁRIOS MÉDIOS REAIS, TAL ESTRATÉGIA ASSEGURAVA O CRESCIMENTO DA MASSA REAL DE SALÁRIOS, SUSTENTANDO A DEMANDA AGREGADA.

DIANTE DESTE QUADRO, PORTANTO, CHEGOU A HORA DE AGIR. QUE ELE É ADVERSO, DISSO NÃO HÁ DÚVIDA. OS TRABALHADORES ANSEIAM, COMPREENSIVELMENTE, PELA ESTABILIDADE DO EMPREGO. O EMPRESARIADO RECLAMA, COM RAZÃO, SEGURANÇA NAS REGRAS QUE DISCIPLINAM A ECONOMIA DE MERCADO E A COERÊNCIA DE UM PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DE CARÁTER INDICATIVO CAPAZ DE DIRECIONAR O AJUSTAMENTO DA NAÇÃO À REALIDADE. AS LIDERANÇAS POLÍTICAS ESFORÇAM-SE, DOUTRINÁRIA OU PRAGMATICAMENTE, POR DIMINUIR AS DISTÂNCIAS SOCIAIS NUM QUADRO DE ESTABILIDADE. TODOS OS BRASILEIROS, ENFIM, ALMEJAM ULTRAPASSAR A CRISE DE CONFIANÇA QUE VIVEMOS, CONSCIENTES DE QUE É PRECISO CONJUGAR O DISCURSO DA AUSTERIDADE COM UMA AÇÃO REFORMADORA FIRME, PORÉM RESPONSÁVEL.

EVIDENTEMENTE, O FUTURO DO PAÍS É CONDICIONADO PELAS QUESTÕES DE CURSO PRAZO. A PRINCIPAL DELAS É O CONJUNTO DE RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELO BALANÇO DE PAGAMENTOS TANTO SOBRE O NÍVEL DE CRESCIMENTO QUANTO SOBRE O MANEJO DA PRÓPRIA POLÍTICA ECONÔMICA. REPETINDO UMA VELHA MÁXIMA DOS PENSADORES CLÁSSICOS DO SÉCULO PASSADO, DE NADA ADIANTAM OS BONS VENTOS QUANDO NÃO SE CONHECE O PORTO DE CHEGADA. EM OUTRAS PALAVRAS: O SUCEDER DE DECISÕES CONJUNTURAIS SEM UMA DIRETRIZ DE MÉDIO PRAZO NOS TEM LEVADO A NAVEGAR SEM RUMO, MOTIVO PELO QUAL DE NADA SERVEM AS BOAS INTENÇÕES E OS SACRIFÍCIOS DESORDENADOS QUANDO FALTA UM PROJETO NACIONAL CAPAZ DE REPRODUZIR, POR MEIO LEGÍTIMOS, AS ASPIRAÇÕES DA SOCIEDADE.

EM TORNO DE QUE IDÉIAS DEVEMOS, ENTÃO, REPENSAR, O PASSADO RECENTE, REFLETIR SOBRE O MOMENTO ATUAL E PROGRAMAR O FUTURO? PARA ONDE REDIRECIONAR NOSSO PERFIL INDUSTRIAL? DE QUE MODO DESVINCULÁ-LO DAS PRESSÕES IMEDIATAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS? EM TORNO DE QUE METAS É POSSÍVEL MOBILIZAR-SE A NAÇÃO? DE QUE MANEIRA JUSTIFICAR PERANTE A COMUNIDADE NOVOS PEDIDOS DE SACRIFÍCIOS É

MUDANÇAS DE HÁBITOS, VALORES E PADRÕES DE CONSUMO? POR FIM, QUAIS OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS NOVAS PRIORIDADES? EIS, A MEU VER, AS QUESTÕES QUE DEVEM NORTEAR O DEBATE PÚBLICO DAQUI PARA A FRENTE, A FIM DE QUE POSSAMOS AMPLIAR NOSSA CAPACIDADE DE CONTROLE SOBRE NOSSO PRÓPRIO DESTINO.

NO MEU CASO PESSOAL, IMBUÍDO DA CRENÇA NUM LIBERALISMO MODERNO E CONSEQÜENTE, QUE ADVOGA A REORDENAÇÃO ECONÔMICA, MEDIANTE UM SISTEMA DE CHECKS AND BALANCES E VALORIZA A DIGNIDADE DO HOMEM LIVRE, VENHO CONCENTRANDO MINHA ATENÇÃO EM TORNO DE TRES PROBLEMAS INTERDEPENDENTES:

1. REDEFINIÇÃO DAS ESTRATEGIAS MONETARIA E FINANCEIRA

NENHUM PAÍS DO MUNDO, COM ECONOMIA PRETENSAMENTE BASEADA NA INICIATIVA PRIVADA, TEM CONDIÇÕES DE SUPERAR SUAS DIFICULDADES DIANTE DA EXISTÊNCIA DE JUROS EM PATAMARES ABSURDOS E DE UM DÉFICIT PÚBLICO RECORD EM TORNO DE 16% DO PIB.

CAUSADO PELO DESEQUILÍBRIO ENTRE O EXCESSO DE GASTOS DO GOVERNO - INCLUINDO AS EMPRESAS ESTATAIS E OS SUBSÍDIOS CONTIDOS NO ORÇAMENTO MONETÁRIO - E AS FONTES DE RECURSOS NÃO INFLACIONÁRIOS, O DÉFICIT PÚBLICO TEM PROVOCADO, ALÉM DAS EMISSÕES DE MOEDA QUE SEMPRE ULTRAPASSAM AS METAS PREVISTAS, UM ELEVADO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO INTERNO, ATRAVÉS DA COLOCAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS, ALÉM DE CONCORRER PARA O AGRAVAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA, VIA ENDIVIDAMENTO DAS ESTATAIS.

UMA CONSEQÜÊNCIA ÓBVIA DESSES ELEVADOS DÉFICITS E DA NECESSIDADE DE REFINANCIAR A DÍVIDA INTERNA, É QUE O GOVERNO, NA TENTATIVA DE CONTER AS EMISSÕES E EVITAR PRESSIONAR A BASE

MONETÁRIA, PROCURA COLOCAR DE QUALQUER FORMA SEUS TÍTULOS NO MERCADO, VENDO-SE OBRIGADO A OFERECER REMUNERAÇÕES CADA VEZ MAIS ELEVADAS, ALÉM DE INCLUIR CLÁUSULA DE PARIDADE CAMBIAL, O QUE IMPEDE A QUEDA DOS JUROS E FAVORECE A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA, POIS, UMA VEZ QUE OS TÍTULOS PRIVADOS TÊM DE CONCORRER COM A CRESCENTE REMUNERAÇÃO PROPICIADA PELOS TÍTULOS DO TESOIRO, NÃO HÁ COMO EVITAR UMA ELEVAÇÃO GENERALIZADA DAS TAXAS DO MERCADO FINANCEIRO.

PARA SE TER UMA IDÉIA DA GRAVIDADE DA QUESTÃO, É BOM LEMBRAR QUE O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL NEGOU A LIBERAÇÃO DA PRÓXIMA PARCELA TRIMESTRAL DO CRÉDITO ACERTADO EM DEZEMBRO PASSADO, NO MONTANTE DE US\$5,4 BILHÕES, POIS O PROBLEMA DO DÉFICIT PÚBLICO NÃO FOI EQUACIONADO SATISFATORIAMENTE, DENTRO DAQUILO QUE FORA ACORDADO QUANDO DA ASSINATURA DO CONTRATO.

A DIMENSÃO DO DÉFICIT PÚBLICO BRASILEIRO TRAZ À TONA UMA OUTRA QUESTÃO ESSENCIAL: A DESORDEM E A MULTIPLICIDADE DE ORÇAMENTOS PÚBLICOS QUE TÊM CARACTERIZADO O PLANEJAMENTO ECONÔMICO. HOJE, COMO SE SABE, SOMENTE O ORÇAMENTO FISCAL É SUBMETIDO À APRECIÇÃO DO CONGRESSO, SENDO O MESMO POUCO RELEVANTE PARA A DETERMINAÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO CONSOLIDADO, QUANDO SE CONSIDERAM OS MONTANTES ENVOLVIDOS NOS ORÇAMENTOS MONETÁRIO E DAS EMPRESAS ESTATAIS. LOGO, PARA A DISCUSSÃO DE UM PROJETO NACIONAL DEMOCRÁTICO, É PRECISO QUE A SOCIEDADE, ATRAVÉS DO CONGRESSO, POSSA CONHECER E JULGAR A TOTALIDADE DOS GASTOS DO GOVERNO E SUAS FONTES DE FINANCIAMENTO.

ALÉM DO MELHOR EQUACIONAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS, OUTRA QUESTÃO QUE ESTÁ A EXIGIR UMA NOVA DIRETRIZ DIZ RESPEITO AO PROBLEMA DA INDEXAÇÃO NA ECONOMIA. COMO SE SABE, O GOVERNO, NA

TENTATIVA DE ESTIMULAR AS EXPORTAÇÕES E INIBIR AS IMPORTAÇÕES, ALÉM DE PROMOVER UMA MAXIDESVALORIZAÇÃO, RESOLVEU IGUALAR A CORREÇÃO CAMBIAL À INFLAÇÃO BRASILEIRA, SEM DESCONTAR A INFLAÇÃO NORTE-AMERICANA, O QUE SIGNIFICA GANHOS REAIS PARA O EXPORTADOR NACIONAL.

PORÉM, INEXPLICAVELMENTE, O GOVERNO TAMBÉM PASSOU A IGUALAR A CORREÇÃO MONETÁRIA À VARIAÇÃO CAMBIAL, COM O ARGUMENTO DE QUE OS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS EM DÓLARES DEVERIAM SER MAIS ATRATIVOS QUE OS DO MERCADO INTERNO, VISANDO ESTIMULAR A CAPTAÇÃO DE DIVISAS. ORA, TODO O PACOTE NEGOCIADO COM O MERCADO FINANCEIRO INTERNACIONAL EM DEZEMBRO DE 1982, COMO FOI APONTADO PELAS PRÓPRIAS AUTORIDADES NA ÉPOCA, OBJETIVAVA TIRAR O PAÍS DO MERCADO DURANTE 1983, SENDO PORTANTO DESNECESSÁRIOS OS INCENTIVOS À CAPTAÇÃO VIA RESOLUÇÃO 63 OU LEI 4131.

AO IGUALAR A CORREÇÃO MONETÁRIA À CAMBIAL, E AO PERMITIR QUE CONTINUASSEM A OCORRER REAJUSTES AUTOMÁTICOS DE SALÁRIOS, ALUGUÉS, TARIFAS PÚBLICAS, COMBUSTÍVEIS, O GOVERNO SIMPLEMENTE REASCENDEU A ESPIRAL INFLACIONÁRIA, INCITOU A ASCENÇÃO DAS TAXAS DE JUROS, E NÃO CONSEGUIU REATIVAR A CAPTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS, POIS O EMPRESARIADO NACIONAL, INCRÉDULO E CANSADO DE CONTRADIÇÕES, CONTINUA TEMEROSO EM RELAÇÃO AOS RUMOS DA POLÍTICA CAMBIAL.

PORTANTO, É INADIÁVEL A NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA, SEM A QUAL SERÁ DIFÍCIL CONTER O PROCESSO INFLACIONÁRIO, BEM COMO PARA CONTINUAR PROPORCIONANDO A NECESSÁRIA TRANSFERÊNCIA DE RENDA INTERNA PARA O SETOR EXPORTADOR, A FIM DE VIABILIZAR OS NECESSÁRIOS SUPERÁVITS COMERCIAIS.

SEVERA CONTENÇÃO DE GASTOS PÚBLICOS E DESINDEXAÇÃO SÃO MEDIDAS QUE EXIGEM DETERMINAÇÃO E CORAGEM POLÍTICA, ASSIM COMO EXIGEM A REVISÃO DE NOSSO PERFIL INDUSTRIAL E A PROMOÇÃO DE UMA AMPLA REFORMA TRIBUTÁRIA.

2. REVISAO DO PERFIL INDUSTRIAL

COMO SE SABE, O CRESCIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO, A PARTIR DE 1968, FOI IMPLEMENTADO GRAÇAS AO ELEVADO GRAU DE LIQUIDEZ DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL E AOS RECURSOS ABUNDANTES E BARATOS. OS ANSEIOS DE TRANSFORMAR O PAÍS NUMA GRANDE POTÊNCIA INDUZIRAM A UMA SÉRIE DE ERROS INCORRIDOS NESSE PROCESSO: PROJETOS DE LENTA MATURAÇÃO CONCEBIDOS EM TERMOS UTOPICAMENTE EXPONENCIAIS, EXIBINDO ELEVADOS COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO, EMBASADOS EM ESTIMATIVAS IRREAIS DE DEMANDA E APRESENTANDO REDUZIDOS EFEITOS SOBRE O NÍVEL DE EMPREGO.

AINDA QUE NAS CONDIÇÕES ENTÃO EXISTENTES ESSES PROJETOS PODESSEM TER PARECIDO VIÁVEIS, O EQUIVOCO MAIOR CONSISTIU EM SE SUPOR QUE TAL PANORAMA FAVORÁVEL CONTINUASSE A EXISTIR INDEFINIDAMENTE. POR OUTRO LADO, ERROU-SE UMA SEGUNDA VEZ QUANDO NÃO SE AVALIOU CORRETAMENTE AS IMPLICAÇÕES FUTURAS DESSE TIPO DE CRESCIMENTO A NÍVEL DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA GERADA. POIS, ATÉ NA HIPÓTESE DA NÃO EXISTÊNCIA DE CRISES EXTERNAS, ESSA INADEQUADA DISTRIBUIÇÃO ACABARIA POR SE TORNAR UM FATOR LIMITATIVO À EXPANSÃO DO MERCADO INTERNO, APÓS DECORRIDOS OS PRIMEIROS ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO INDUSTRIAL.

NO ENTANTO, OS DESACERTOS CONTINUARAM QUANDO, EXPERIMENTANDO O PRIMEIRO CHOQUE EXTERNO EM 1973, INSISTIU-SE NA MANUTENÇÃO

DO MESMO PADRÃO DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL, COM LIMITADAS PREOCUPAÇÕES SOBRE A NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES, TANTO A NÍVEL TECNOLÓGICO, DADA A MODIFICAÇÃO NOS PREÇOS RELATIVOS DA ENERGIA IMPORTADA, QUANTO COM RELAÇÃO AO NÍVEL DA DISTRIBUIÇÃO INTER-SETORIAL DESSE CRESCIMENTO.

HOJE, APÓS MAIS DOIS CHOQUES EXTERNOS, DOS QUAIS PETRÓLEO E JUROS SÃO OS REFLEXOS MAIS IMPORTANTES, NOS DEFRONTAMOS COM UMA SIGNIFICATIVA CAPACIDADE INDUSTRIAL NÃO UTILIZADA. ALÉM DISSO, VÁRIOS PROJETOS ESTÃO AMEAÇADOS NÃO SÓ PELA FALTA DE RECURSOS, MAS, FUNDAMENTALMENTE, PELA ESCASSEZ DA DEMANDA. ENTRETANTO, É PRECISO FICAR CLARO QUE, MESMO OPERANDO A PLENA CAPACIDADE, O PERFIL INDUSTRIAL BRASILEIRO ESTÁ INADEQUADO ÀS RESTRIÇÕES E LIMITES IMPOSTOS PELAS CONTAS EXTERNAS, DADO O ELEVADO COEFICIENTE DE IMPORTAÇÕES QUE EM GERAL OCORRE. TAMBÉM ESTÁ INADEQUADO QUANTO À CAPACIDADE DE COMPETIR NOS MERCADOS EXTERNOS, POIS A MAIORIA DO PARQUE INDUSTRIAL NÃO FOI CONCEBIDO NESSE PRESSUPOSTO. PORTANTO, UM PRIMEIRO PASSO PARA MODIFICAR O PERFIL INDUSTRIAL DO PAÍS, SERÁ ANALISAR EXAUSTIVAMENTE, SETOR A SETOR, AS ALTERAÇÕES QUE SE FAZEM NECESSÁRIAS E, ATRAVÉS DA TECNOLOGIA E DO USO ADICIONAL DE CAPITAL, PROCURAR VIABILIZAR A UTILIZAÇÃO DESSA IMENSA CAPACIDADE JÁ EXISTENTE, ESPECIALMENTE NA EXPORTAÇÃO.

UM SEGUNDO PASSO INDISPENSÁVEL À REFORMULAÇÃO DO PADRÃO INDUSTRIAL SERÁ CONCENTRAR OS NOVOS INVESTIMENTOS EM PROJETOS DE MENOR PORTE COM RELAÇÃO AOS ATÉ AGORA FORMULADOS, TENDO POR BASE CRITÉRIOS MAIS EXEQUÍVEIS, COM MENOR TEMPO DE MATURAÇÃO, TORNANDO DIVISÍVEL OU MODULÁVEL SUA EXECUÇÃO E, SOBRETUDO, ADEQUANDO ESSES INVESTIMENTOS À NOSSA CAPACIDADE DE GERAÇÃO INTERNA DE RECURSOS E AO CONSUMO INTERNO.

PODER-SE-IA QUESTIONAR SE, COM ISSO, ESTARÍAMOS NOS PRIVANDO DOS GANHOS DE ESCALA APARENTEMENTE INERENTES A INVESTIMENTOS DE MAIOR PORTE. A RESPOSTA ESTÁ EM QUE, PELO MENOS A NÍVEL DAS RESTRIÇÕES COM AS QUAIS O PAÍS CONTINUARÁ A SE DEFRONTAR NOS PRÓXIMOS ANOS, INVESTIMENTOS DESSE TIPO PODERÃO ACARRETAR DIFICULDADES QUE SERÃO DE DIFÍCIL SOLUÇÃO PARA NÓS. DENTRE ESSES PROBLEMAS PODEMOS CITAR: A IRREVERSIBILIDADE DOS PROJETOS, DADA A INDIVISIBILIDADE DO CAPITAL FÍSICO; SUA LENTA MATUREZAÇÃO E O RISCO DA CAPACIDADE OCIOSA, DEVIDO À IMPREVISIBILIDADE DO COMPORTAMENTO DA DEMANDA E DA INADEQUADA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. ALÉM DISSO, CABE ASSINALAR, QUE MESMO NOS PAÍSES AVANÇADOS, SEM RESTRIÇÕES DE RECURSOS, TEM SIDO SERIAMENTE QUESTIONADA A APARENTE VANTAGEM DOS GRANDES PROJETOS ESTIMULADOS PELO FASCÍNIO DAS ECONOMIAS DE ESCALA.

É IMPORTANTE RESSALTAR QUE ESSES NOVOS INVESTIMENTOS DEVERÃO TER COMO PRIORIDADE A GERAÇÃO DE EMPREGOS E DEVERÃO OBVIAMENTE SE ADEQUAR AOS LIMITES DOS RECURSOS MATERIAIS DISPONÍVEIS. NESSE SENTIDO, OS INVESTIMENTOS MAIS ADEQUADOS PARECEM SER OS RELATIVOS À CONSTRUÇÃO CIVIL AOS SETORES DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL E À AGROINDÚSTRIA. NÃO SE DEVE ESQUECER QUE SE TORNARÃO CADA VEZ MAIS NECESSÁRIOS PROJETOS QUE VIABILIZEM A UTILIZAÇÃO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA.

ESSES NOVOS INVESTIMENTOS TAMBÉM DEVERÃO APRESENTAR, NA MEDIDA DO POSSÍVEL E ATRAVÉS DA ABSORÇÃO DE TECNOLOGIA MODERNA, PARÂMETROS DE PRODUTIVIDADE QUE OS TORNEM COMPETITIVOS NO MERCADO EXTERNO, UMA VEZ QUE, SEM ISSO, NÃO CONSEGUIREMOS GERAR AS CRESCENTES EXPORTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COBERTURA DAS TAMBÉM CRESCENTES IMPORTAÇÕES.

3. PROMOÇÃO DE UMA AMPLA REFORMA TRIBUTÁRIA

ESTA É UMA QUESTÃO POLÊMICA, NÃO HÁ DÚVIDA, MAS QUE PRECISA SER ENFRENTADA COM FIRMEZA, CORAGEM E AMPLO DEBATE. AS RAZÕES PARA UMA REFORMA TRIBUTÁRIA SÃO INÚMERAS, DAS QUAIS SE DESTACAM: A INSUFICIÊNCIA DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, A NECESSIDADE DE SE ESTIMULAR A CAPITALIZAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NACIONAL, A IMPERIOSIDADE DE SE INIBIR A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA E, POR FIM, O ANSEIO SOCIAL DE SE REPARTIR DE MODO EQUITATIVO OS CUSTOS DO INEVITÁVEL PROCESSO DE REAJUSTE DA ECONOMIA.

NÃO CONSEGUIREMOS RECUPERAR O CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS SE NÓS NÃO FORMOS CAPAZES DE PROMOVER UMA REMODELAÇÃO ESTRUTURAL DO SISTEMA TRIBUTÁRIO. APENAS PARA REALÇAR A URGÊNCIA DE TAL PROVIDÊNCIA, PERMITO-ME LEMBRAR QUE, DENTRE AS PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS DO GOVERNO, COMO EMISSÃO DE MOEDA, ENDIVIDAMENTO INTERNO, ENDIVIDAMENTO EXTERNO E IMPOSTOS, A ÚNICA QUE AINDA OFERECE ALGUMA POSSIBILIDADE DE MANEJO SÃO OS IMPOSTOS, POIS COMO JÁ VIMOS A EMISSÃO E O ENDIVIDAMENTO INTERNO DEVERÃO TER SUA PARTICIPAÇÃO LIMITADA E CONTROLADA E O ENDIVIDAMENTO EXTERNO VERÁ SUA UTILIZAÇÃO CONDICIONADA PELOS COMPROMISSOS COM A COMUNIDADE FINANCEIRA INTERNACIONAL E O FMI.

TODOS CONHECEMOS OS PROBLEMAS DE LIQUIDEZ DOS TESOUREOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, RESPONSÁVEIS POR UM DÉFICIT PÚBLICO DE CERCA DE 2,7% DO PIB. LIMITADOS PELOS CONTROLES DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, OS GOVERNOS ESTADUAIS, PARA ATENDER AOS GASTOS DE CUSTEIO OU COMPROMISSOS INADIÁVEIS, TÊM AUTORIZADO OS BANCOS ESTADUAIS A REMUNERAREM SEUS TÍTULOS COM JUROS REAIS DE ATÉ 32%, ESTABELECENDO UM QUADRO DE TENSÃO NO ÂMBITO

DO SISTEMA BANCÁRIO. AFINAL, TAMBÉM COMO JÁ VIMOS, PARA NÃO PERDER A CAPTAÇÃO, A REDE PRIVADA É OBRIGADA A ELEVAR SUAS TAXAS DE REMUNERAÇÃO, CONTRIBUINDO ASSIM PARA MANTER OS JUROS EM PATAMARES INSUPORTÁVEIS PARA O SETOR PRODUTIVO.

AS DIFICULDADES DOS TESOUROS ESTADUAIS SÃO TÃO GRANDES QUE, AGORA, JÁ SE FALA ATÉ MESMO NO RISCO DE UMA ESPÉCIE DE PARALISIA INTERNA, OU SEJA: A SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS DAS DÍVIDAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS CONTRAÍDAS COM BANCOS FEDERAIS E INTERNACIONAIS. A DEPENDÊNCIA DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECEITAS DA UNIÃO, JÁ É ABSURDA E AGRAVADA NOS ESTADOS DE MENOR CAPACIDADE PRODUTIVA E MENOR NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO. NOS CASOS DO ACRÉ, PIAUÍ E MATO GROSSO, O PERCENTUAL DE DEPENDÊNCIA É, RESPECTIVAMENTE, DE 87%, 73% E 70%. JÁ NOS CASOS DE SÃO PAULO, RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ, O PERCENTUAL CAI PARA, RESPECTIVAMENTE, 13%, 27% E 29%.

ESTE É UM PROBLEMA DELICADO, POIS, APESAR DA ATUAL CENTRALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, A ABERTURA CRIOU CONDIÇÕES PARA A PRÁTICA DE UM FEDERALISMO MAIS REAL E MENOS RETÓRICO. GRAÇAS ÀS ELEIÇÕES LIVRES DE NOVEMBRO PASSADO, GARANTIDAS PELO PRESIDENTE FIGUEIREDO, AS OPOSIÇÕES GANHARAM OS GOVERNOS DAS PRINCIPAIS UNIDADES FEDERADAS. PODEM, ASSIM, ENFATIZAR PRIORIDADES SÓCIO-ECONÔMICAS DIFERENTES DA UNIÃO - O QUE DESDE JÁ SUSCITA O PROBLEMA DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES ESTADUAIS. A RIGOR, NEM OS GOVERNADORES DEVEM TER LIBERDADE TOTAL, POIS É O DESTINO DE TODO O PAÍS QUE ESTÁ EM JOGO, NEM O BANCO CENTRAL DEVE CONTINUAR FORÇANDO-OS A PAGAR SUA DÍVIDA A PARTIR DE CRITÉRIOS DESCONHECIDOS. A MEU JUÍZO, ESTE TIPO DE PROBLEMA SÓ PODE SER RESOLVIDO A PARTIR DE UMA REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLAMENTE DISCUTIDA E VOTADA PELO LEGISLATIVO.

MEUS AMIGOS,

PERMITAM-ME AGORA CONCLUIR, DESCULPANDO-ME POR NÃO HAVER DITO, CERTAMENTE, NADA DE NOVO. COMO O MOMENTO É GRAVE, NÃO PODENDO SER SUPERADO NEM COM AS NEGOCIAÇÕES EM ANDAMENTO COM NOSSOS CREDORES NEM COM A APARENTE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NORTE-AMERICANA, TEMOS DE OPTAR PELO REALISMO E NÃO PELA ORIGINALIDADE MERAMENTE RETÓRICA.

AFINAL, NOSSOS DILEMAS E IMPASSES TÊM COMPONENTES FUNDAMENTALMENTE POLÍTICOS, MOTIVO PELO QUAL NÃO PODEMOS FICAR RESIGNADOS E CONFORMADOS À ESPERA DOS VENTOS FAVORÁVEIS DAS ECONOMIAS INDUSTRIALIZADAS. ESTAMOS ATRELADOS AO EXTERIOR, É VERDADE, MAS TENHAMOS CONSCIÊNCIA DE QUE O ENCAMINHAMENTO DA CRISE MUNDIAL EXIGE DECISÕES QUE TÊM OCASIONADO CONFLITOS ENTRE OS PRÓPRIOS PAÍSES AVANÇADOS. PORTANTO, À MEDIDA QUE A ORDEM INTERNACIONAL ATRAVESSA UM MOMENTO DE REDEFINIÇÃO DE SUAS ESTRUTURAS, É PRECISO QUE SAIBAMOS FORMULAR NOSSA EQUAÇÃO DE FORMA INTELIGÍVEL, PORÉM SEM PESSIMISMO.

NÃO SEI SE ISSO VALE COMO ESTÍMULO, MAS EM 1930, QUANDO O PANORAMA DA ECONOMIA OCIDENTAL ERA SOMBRIO, LORD KEYNES, ESCRREVENDO UM ARTIGO SOBRE AS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DE SEUS NETOS, AFIRMAVA:

"... PREVEJO QUE AINDA EM NOSSA ÉPOCA DEVERÁ SER PROVADO O DESACERTO DOS DOIS ERROS OPOSTOS DE PESSIMISMO QUE ATUALMENTE TANTO TUMULTUAM O MUNDO: O PESSIMISMO DOS REVOLUCIONÁRIOS, PARA QUEM AS COISAS VÃO TÃO MAL QUE NADA NOS PODE SALVAR, A NÃO SER VIOLENTAS TRANSFORMAÇÕES; E O PESSIMISMO DOS REACIONÁRIOS, PARA OS QUAIS O EQUILÍBRIO DA VIDA ECONÔMICA E SOCIAL É TÃO PRECÁRIO QUE NÃO NOS DEVEMOS ARRISCAR EM FAZER EXPERIÊNCIAS".

HOJE, CINQUENTA E TRÊS ANOS DEPOIS, NÓS, OS NETOS DE QUE FALAVA KEYNES, NÃO NOS PODEMOS FURTAR À CRIATIVIDADE E À OUSADIA, À LEGITIMIDADE INTERNA E À CREDIBILIDADE EXTERNA, AO TRABALHO DIUTURNO E AO AGIR CONJUNTO, SUPERANDO OS LIMITES DA ORTODOXIA E AS ILUSÕES DA UTOPIA.

COMO NÃO HÁ FUTURO SEM DIÁLOGO, DE UM LADO AGRADEÇO A ATENÇÃO DISPENSADA E, DE OUTRO, COLOCO-ME À DISPOSIÇÃO DE TODOS VOCÊS PARA UM DEBATE QUE, DESDE JÁ, ESPERO SEJA FÉRTIL E PROFÍCUO.

MUITO OBRIGADO,